

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA NO IFPA – CAMPUS
CASTANHAL**
*FIELD EDUCATION AND AGROECOLOGY AT IFPA – CASTANHAL
CAMPUS*

Ângelo Rodrigues de Carvalho

Instituto Federal do Pará, Campus de Castanhal, e-mail: angeloefcpa@yahoo.com.br

Resumo

A Educação do Campo e a Agroecologia, neste trabalho, são pensadas enquanto possibilidades de transformação sociocultural e humana, pois são parte integrante de uma educação de resistência e transformadora, que pode vir possibilitar um entendimento, além de um trabalho, bem como da construção de uma sociedade e tecnologia como instrumentos e ferramentas a serviço da vida e não da lógica do capital. Neste sentido, o presente trabalho versará sobre as práticas teóricas da Agroecologia em diálogo com a Educação do Campo no espaço acadêmico do IFPA – Campus Castanhal. Depreende-se, portanto, que a educação pensada e defendida pela Educação do Campo e a Agroecologia não é uma educação moldada conforme os interesses do Estado, da classe burguesa ou de quem quer que seja, trata-se, sim de um projeto de educação construído a partir da realidade histórica e cultural dos sujeitos coletivos do campo, é um projeto de educação que pensa o ato de educar como arte de libertação, porque busca construir a emancipação política e humana dos sujeitos.

Palavras-chave: Educação do Campo; Agroecologia; Emancipação política.

Abstract

Rural Education and Agroecology, in this work, are thought of as possibilities for sociocultural and human transformation, as they are an integral part of an education of resistance and transformation, which can enable an understanding, in addition to work, as well as the construction of a society and technology as instruments and tools at the service of life and not the logic of capital. In this sense, the present work will deal with the theoretical practices of Agroecology in dialogue with Rural Education in the academic space of IFPA - Campus Castanhal. It appears, therefore, that the education thought and defended by Rural Education and Agroecology is not an education shaped according to the interests of the State, the bourgeois class or anyone else, it is, rather, an education project built from the historical and cultural reality of the collective subjects of the countryside, it is an education project that considers the act of educating as an art of liberation, because it seeks to build the political and human emancipation of the subjects.

Keywords: Field Education; Agroecology; Political Emancipation.

Introdução

A construção de caminhos alternativos que sejam úteis à criação e ao fortalecimento dos territórios de um bem viver, tem sido ao longo da história um imenso desafio, dado o aumento das contradições e desigualdades socioeconômicas, que mancham o tecido social da população brasileira. Tudo isso sem considerar a perversidade do modelo de desenvolvimento do território da agricultura dominante no país, que segue distante de sua função social, ainda mais quando

se observa a violência e a clara concentração de terras nas mãos de uma minúscula parcela da sociedade nacional.

De acordo com Alentejano (s/d),

O modelo agrário dominante no Brasil, ancorado no tripé latifúndio-monocultura-agroexportação, é historicamente violento, injusto e devastador e a longo da história de luta dos trabalhadores rurais, povos indígenas e comunidades tradicionais contra esse modelo tem denunciado as mazelas que produz.

Oliveira (2013, p. 111) nos esclarece que

Os conflitos relativos à terra indicam, portanto, que, após o crescimento contínuo registrado entre 1993 e 1999, quando o número saltou de 361 para 870, a pequena queda registrada no ano 2000 (556 conflitos) não sinalizava um novo período de queda [...]. Ao contrário, 681 casos relativos ao ano de 2001 e os 743 de 2002 voltaram a indicar o crescimento dos conflitos já no novo século. Inclusive em 2003, eles atingiram 1.099 casos.

Portanto, não é possível negar, que mesmo diante das resistências sociais, a força do capital é muito visível no processo de desterritorialização dos sujeitos coletivos do campo; observa-se, pois, em escala crescente a desestruturação das relações de trabalho no campo e o aumento da proletarização das/os trabalhadoras/es rurais, incluindo-se o crescente aumento dos índices de violência do capital sobre os sujeitos do campo.

É válido ressaltar, que o modelo hegemônico de educação e de desenvolvimento agrícola existentes no país tem impelido a agricultura familiar camponesa criar estratégias de resistências e seguir na luta em defesa de seus territórios, o que evoca a defesa de seu modo de vida, ou seja, de sua cultura, sua relação com a terra e sua identidade camponesa. Nesse sentido, o território guarda à agricultura familiar camponesa o seu poder de autonomia para com o espaço onde vivem e trabalham, ou seja, se reproduzem material, econômica e socio-culturalmente.

Logo, é pois, necessário promover a construção de uma educação que contribua e favoreça para um outro modelo de desenvolvimento do campo, onde este não seja dissociado do território material e imaterial dos sujeitos coletivos, para que se efetive uma inclusão dos excluídos e se materialize o desenvolvimento das pessoas, de suas vidas, de suas culturas. Assim pois, a Educação do Campo e a Agroecologia assumidas nos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo, bem como nos de Agropecuária com ênfase em Agroecologia defendem e buscam construir um modelo diferenciado de desenvolvimento do território agrícola.

Significa dizer, portanto, que o modelo de desenvolvimento que se está em busca, trata-se, de “um modelo que inclui os excluídos, amplia os postos de trabalho no campo, articula,

organiza e aumenta as oportunidades de desenvolvimento das pessoas e das comunidades e avança em produção e em produtividade” (ARROYO, et al, 2005, p. 32).

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA/Campus Castanhal, o diálogo entre Educação do Campo e Agroecologia tornou-se possível, em virtude da proximidade criada com os Movimentos Sociais do Campo, a partir da criação do Curso de Agropecuária com ênfase em Agroecologia no ano de 2006.

O IFPA – Campus Castanhal, como todo espaço de ensino e educação existente no país, logo, produto da lógica de organização socioespacial do moderno sistema capitalista, não foge à regra do movimento dialético. Portanto, sua história é marcada pela implementação de diversas políticas governamentais, com avanços e retrocessos no que tange ao processo de ensino-aprendizagem, mas, nenhuma política educacional, exceto o da política da Educação do Campo, conseguiu promover o aprofundamento do debate em torno de qual concepção de ensino e educação que se quer construir neste novo tempo de desafios e mudanças históricas.

A Educação do Campo e a construção da Agroecologia no Campus Castanhal

A experiência advinda com a turma do Curso em Agropecuária com ênfase em Agroecologia, possibilitou o conhecimento de uma nova prática político pedagógica, com base nos princípios da Educação do Campo, o que irá se tornar no alicerce para a busca da construção de novas territorialidades dialogando com o novo projeto de desenvolvimento territorial articulado pelos sujeitos coletivos do campo, segundo e seguindo suas realidades, uma vez que são eles que vivem e se reproduzem na e da terra.

A construção de um diálogo entre educação e agroecologia tem se tornado cada vez mais uma necessidade, tanto no que tange a busca por alternativas e possibilidades de superação do atual modelo de desenvolvimento da agricultura, quanto pela inserção dos sujeitos coletivos do campo, homens e mulheres que vivem e se reproduzem no e do chão da terra, nos mais diversos territórios que compoem os biomas brasileiros, a exemplo da Amazônia.

A Agroecologia, neste sentido, pode ser entendida enquanto o estudo e a prática de uma agricultura que incorpora questões sociais, considerando os aspectos culturais, políticos, ambientais, éticos e energéticos que compreendem e fazem parte do espaço territorial brasileiro. Portanto, trata-se de um conceito que abrange todo o ecossistema, e não apenas a produção e o consumo de alimentos.

O projeto de educação que o IFPA Campus Castanhal busca assumir e construir, tem enquanto base os princípios da Educação do Campo, e inscreve-se enquanto uma perspectiva

de superação das contradições históricas, advindas das heranças da educação bancária que até hoje se fazem sentir no meio acadêmico da escola. Dentre esses princípios se destaca a Agroecologia. Todo projeto é um processo em construção, e é nesse contexto que a Agroecologia, traz em seu bojo uma concepção histórica e emancipatória, inserindo-se e assumindo um papel importante na contribuição com o pensar e o fazer coletivo de educadores e educandos do Campus Castanhal.

Nesse sentido, um dos exemplos dentre os resultados obtidos a partir do início da aproximação, do diálogo e do trabalho educativo, realizado no espaço acadêmico do campus junto com os sujeitos coletivos do campo, das águas e das florestas, foi o redesenho da matriz curricular do IFPA Castanhal, o que ocasionou a reconstrução do PPP – Projeto Político Pedagógico dos Cursos ofertados pela Instituição.

A política pedagógica da Educação do Campo fundada na Agroecologia, para o conjunto da comunidade do IFPA/Campus Castanhal foi e é de extrema valia não apenas à construção de um novo PPC no curso profissional de nível médio em agropecuária, mas foi fundamental e determinante no processo de formalização de novos cursos.

No que tange a proposição dos novos cursos criados no campus, um fato em comum chama a atenção, que é o de terem presente em seus Projeto Pedagógico de Curso – PPCs, a ideia dos percursos formativos dos futuros profissionais, baseada nos princípios da Educação do Campo, dentre os quais pode-se destacar: a formação politécnica, pensando o homem em sua diversidade e integrado, além da crítica ao modo capitalista de produção; o trabalho e a pesquisa enquanto princípios educativos; a sustentabilidade socioeconômica e ambiental do território, entendida aqui enquanto uma produção com base na Agroecologia.

Diálogo com os princípios e diretrizes da Educação em Agroecologia

Sobre a relação do fundamento agroecológico com o pensar educacional desenvolvido no campus ao longo desses últimos anos, se engendrou novas possibilidades referentes ao processo de produção no meio rural/agrário.

No que diz respeito a Agroecologia, como um dos princípios da Educação do Campo presentes nos PPCs do IFPA Castanhal, assume-se um papel fundamental, dados os vários problemas que exigem ser equacionados no espaço rural/agrário brasileiro, dentre os quais, um deles diz respeito ao processo produtivo e comercial dos alimentos. Esta questão está diretamente ligada a sustentabilidade do território, ou ao manejo da terra, um problema que é antigo, e compreende uma questão bastante complexa e desafiadora, além de decisiva para a agricultura familiar camponesa.

O campesinato tem uma necessidade de desenvolver uma relação favorável com a qualidade de vida no campo, o que envolve a qualidade dos alimentos e a necessidade vital de se fazer um uso eficiente e salutar dos recursos naturais, da energia e das terras férteis. Contudo, os padrões de acumulação atuais elevam cada vez mais os índices de desemprego, pobreza e miserabilidade na cidade e no campo.

Por outro lado, o modelo agroindustrial dominante é incapaz de garantir um equilíbrio social, alimentar e ambiental que alcance a ampla maioria das sociedades, pois provoca o incremento dos recursos naturais, como água e energia. Diante dessa realidade, vê-se uma clara necessidade de se adotar ações baseadas nos princípios agroecológicos e da educação do campo, afim de que o modelo de produção de alimentos alcance nos territórios agrários/rurais menos impactos de ordem socioeconômica e ambiental. “A defesa de uma nova proposta de desenvolvimento rural e a negação do modelo amparado no agronegócio são partes integrantes dessa aproximação políti co-filosófica da agroecologia com e a educação do campo” (SOUZA, 2017, p. 637).

Significa dizer que o modo de produção capitalista tem optado historicamente por um modelo de desenvolvimento econômico e agrícola, amparado em uma industrialização a qualquer custo, que aprofunda a marginalidade social e econômica, ampliando os enormes níveis de desigualdades, já, por ele mesmo, gerados e existentes, porque mantidos.

É urgente, portanto, o pensar e a adoção de um novo projeto de desenvolvimento de agricultura, de um novo projeto de campo, onde os sujeitos coletivos possam desenvolver de fato suas potencialidades, valorizando a terra e a natureza em prol da melhoria material e espiritual de suas condições reais de vida. Até por que como afirma Souza (2017, p. 645) “Os camponeses constroem, em grande parte, suas crenças e sabedorias na relação direta com a natureza”.

Neste sentido,

A articulação das diferentes possibilidades de institucionalização em ações de educação agroecológica com preceitos na educação do campo parece ser a melhor estratégia a ser estabelecida para assegurar uma abordagem eficaz e duradoura nas universidades e institutos federais, e, ao mesmo tempo, permitir o acesso e a permanência dos camponeses dos territórios. (SOUZA, 2017, p. 643).

Não basta apenas o desenvolvimento da agricultura, mas a libertação da produção agrária das famílias camponesas, e essa libertação só ocorrerá quando o agricultor familiar camponês se ver liberto das variadas pressões da propriedade privada, alcançando-se assim, de fato, a emancipação humana, pois, somente assim, a agricultura estará à disposição de toda a

sociedade, com uma massa de produtos suficientes para atender as necessidades de todos os sujeitos da classe trabalhadora, tanto da cidade quanto do campo.

A Agroecologia, enquanto a ciência dialética que é, compreende o caminho alternativo mais racional frente as destruições trazidas pelo agronegócio, pois propõe um método de produção agrícola que resgata os saberes camponeses e incorpora os avanços técnico-científicos das últimas décadas, viabilizando uma produção agropecuária limpa, livre de venenos e sustentável econômica e socialmente. Diante do atual contexto de desenvolvimento e produção agrícola, a Agroecologia é a tecnologia mais viável com a capacidade de confrontar a tecnologia do agronegócio.

A homogeneidade, típica da produção baseada na monocultura tende levar as pessoas à morte, pois a homogeneidade destrói o solo e mata a terra, a natureza. Os homens que fazem o agronegócio não sabem ou fingem não saber que o ser humano faz parte da natureza, e suas ações com a mesma são indissociáveis. Mas as classes dominantes, em nome do desenvolvimento e da modernidade, preferem deferir sobre a natureza os golpes que lhes causam a morte.

A Agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar, holística. (VIGLIZZO, 2001, p. 88).

A Agroecologia estabelece uma conciliação entre o conhecimento científico e o tradicional, pautando-se no respeito aos recursos naturais. Logo, a Agroecologia estabelece uma crítica ao modelo de agricultura e de desenvolvimento territorial vigente, apontando como alternativa a construção de um novo projeto de Desenvolvimento Territorial Rural, que dialogue com o modo de vida dos sujeitos do campo, das águas e das florestas.

A dinâmica da heterogeneidade da natureza, pois, só pode ser mantida pela indispensável segurança a biodiversidade das espécies, visto que uma produção diversificada assegura a biodiversidade e a vida, e combatem os procedimentos destrutivos do agronegócio e das exigências do mercado que paralisam os processos dinâmicos e dialéticos que compõem a natureza.

Nesse sentido, o sistema agroecológico se contrapõe cabalmente ao modelo de produção agrícola dominante, logo, ao modo de produção capitalista, não admitindo o aumento da pobreza da classe trabalhadora, nem a reprodução das desigualdades, seja na cidade ou no campo, pois, sua tecnologia apresenta uma dimensão que está consubstanciada em um arcabouço político que lhe proporciona sustentação teórica e prática, porque entende que toda

teoria é inútil quando não se tem a prática, assim como toda prática é sem valor com ausência da teoria.

Portanto, assim como

A educação em Agroecologia vem se institucionalizando de diferentes maneiras demonstrada em: disciplinas nos diversos cursos, grupos de estudantes, núcleos de estudos, projetos de pesquisa e extensão, cursos formais em diferentes níveis e com outras nomenclaturas, entre outras possibilidades (SOUZA, 2017, p. 643).

Como afirma Souza (2017)

Não existe, ainda hoje, uma política pública nacional para o ensino médio e superior de camponeses, especialmente aqueles que estão fora das áreas de assentamentos rurais, com uma proposta diferenciada de formação, que adote os preceitos da educação do campo e da agroecologia como matriz pedagógica principal (SOUZA, 2017, p. 639. Grifos meus).

A existência da Agroecologia, pois, deriva de um conjunto de práticas e políticas sociais que estabelecem um constante e permanente diálogo com os mais distintos movimentos, podendo ser caracterizada também enquanto uma ciência que percebe uma movimentação perene, e por isso busca construir métodos e princípios que possibilitem a geração de um equilíbrio socioambiental no que tange a produção, circulação, comercialização e armazenamento de alimentos e seus derivados em geral.

A agroecologia traz, em seu bojo, características de integração dos conhecimentos esfacelados pelo cartesianismo. Sua presença no IFPA – Campus Castanhal, manifesta-se de forma transversal no currículo, com algumas aderências, por vezes, também, com algumas restrições, por parte de alguns professores que ainda não perceberam a importância desse novo paradigma de agricultura. Essa nova forma de olhar o desenvolvimento rural emerge em linha contrária às recomendações modernas para as práticas agrícolas no campo. (FAVACHO, 2010, p. 48).

Nesse entendimento, no que tange a construção de um novo paradigma, é preciso entender, que o primeiro passo que deve ser dado nessa direção, é a desconstrução do saber dominante, ou seja, a desconstrução dos conceitos, das técnicas e dos processos que guiam o modelo do agronegócio. Como afirma Souza (2017, p. 637) “a agroecologia não pode ser vista meramente como substituição de insumos ou mesmo na dimensão da produção agrícola e, sim, no conjunto de seus aspectos, em uma lógica da multidimensionalidade”.

Considerações finais

Existe uma subordinação das práticas educativas à lógica da reprodução capitalista, contudo, nem sempre essa subordinação é de fácil dissimulação ao desenvolvimento histórico e estrutural do capitalismo. Desta forma, a escola enquanto elemento da ordem capitalista, é um espaço também de contradições, daí que de maneiras diferentes as características contraditórias, inerentes as relações sociais capitalistas podem ser explicitadas no âmbito das relações existentes entre os processos educativos e o processo produtivo, ou então entre a sociedade e

os processos educativos, como bem salienta Frigotto (2010). Afinal, “o processo de produção e os processos educativos ou de formação humana, vem marcado por concepções conflitantes e, sobretudo, antagônicas” (FRIGOTTO, 2010, p. 31).

A partir do trabalho desenvolvido com a Agroecologia através da Educação do Campo, compreende-se que o mesmo se constitui em uma alternativa viável ao modelo de educação dos Institutos Federais existentes no país, uma vez que o mesmo trabalha e parte da consideração, do respeito e da valorização das especificidades do mundo agrário, pois cria possibilidades de superação do reducionismo preparatório da juventude como mão-de-obra ao capitalismo.

A Agroecologia pode favorecer a superação com o modelo de desenvolvimento agrícola, que está na origem da apropriação histórico-social, bem como da qualificação profissional, que estão reduzidas a uma visão de treinamento operacional, pragmática, imediatista e fragmentada. Configurando-se nesse interim a materialização da Educação do Campo e da Agroecologia enquanto novos territórios de resistências, frente ao expansionismo do agronegócio, que ameaça o território da agricultura familiar camponesa.

Referências

- ALENTEJANO, Paulo. **O campo brasileiro em disputa: a expansão do agronegócio e a resistência dos povos do campo no século XXI.** s/d.
- ARROYO, M. G; CALDART, R. S; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma Educação do Campo.** 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- FAVACHO, Fernando S. **Desafios pedagógicos da integração disciplinar na cultura de ovinos e caprinos no IFPA – Campus Castanhal.** Dissertação (Mestrado Educação Agrícola). Seropédica: UFRuralRJ, 2010.
- FERNANDES, Bernardo M. Mestres camponeses: a criação do TerritoriAL – Programa de pós-graduação em desenvolvimento territorial na América Latina e Caribe. In: FERNANDES, Bernardo M; JOÃO, Márcio M. P. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e questão agrária: Brasil, América Latina e Caribe.** 1ª ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco.** 1ª ed. São Paulo, SP: Boitempo, 2013.
- SOUZA, Armando L. **Desenvolvimento Territorial Rural e a dinâmica da agricultura familiar no baixo tocantins (pa).** s/d
- SOUSA, Romier da P; CRUZ, Carlos R. F; SUZUKI, Júlio C. (Orgs.). **No Chão da Floresta: Trabalho, Educação e Agroecologia na Amazônia.** São Paulo: FFLCH/USP, 2020.
- SOUZA, Romier da P. Agroecologia e Educação do Campo: desafios da institucionalização no Brasil. In: **Revista Educação e Sociedade.** Campinas, v 38, nº 140, p. 631-648, jul.-set., 2017.
- VIGLIZZO, E. F. La trampa de Malthus: **agricultura, competitividad y medio ambiente en el siglo XXI.** Buenos Aires: Universitaria de Buenos Aires, 2001.